

## **ATA NÚMERO 015/XV/1.<sup>a</sup> SL**

Aos dezanove dias do mês de julho de 2022, pelas 14:15 horas, reuniu-se a Comissão de Educação e Ciência, na Sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

### **1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia**

### **2. Aprovação de atas**

- Reunião da Comissão de 13 de julho de 2022
- Reunião da Mesa e Coordenadores de 13 de julho de 2022

### **3. Comunicações do Presidente**

### **4. Discussão e votação do relatório final da [Petição n.º 8/XV/1.<sup>a</sup>](#), do FENPROF – Federação Nacional dos Professores – Os docentes reclamam justiça, efetivação de nossos direitos e respeito pelo horário de trabalho.**

- N.º de assinaturas: 17.622
- Deputado relator: Carla Madureira (PSD)

### **5. Apresentação e discussão do relatório final da [Petição n.º 16/XV/1.<sup>a</sup>](#), do SPLIU - Sindicato Nacional dos Professores Licenciados pelos Politécnicos e Universidade – «Pela alteração do modelo de avaliação do desempenho docente definido no Decreto Regulamentar nº 26/2012, de 21 de fevereiro, e extinção das quotas para a atribuição das menções qualitativas de Muito Bom e Excelente», seguida de debate sobre a petição, nos termos do artigo 24.º-A do [Regime Jurídico do Exercício do Direito de Petição](#), e votação do relatório final.**

- N.º de assinaturas: 3.836
- Deputado relator: Rosa Venâncio (PS)

**6. Apresentação e discussão do relatório final da [Petição n.º 17/XV/1.ª](#), da FENPROF - «Pela urgente avaliação e revisão do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES)», seguida de debate sobre a petição, nos termos do artigo 24.º-A do [Regime Jurídico do Exercício do Direito de Petição](#), e votação do relatório final.**

- N.º de assinaturas: 3.590
- Deputado relator: Deputado Bruno Aragão (PS)

**7. Discussão e votação do relatório final da [Petição n.º 18/XV/1.ª](#), de Luís Miguel Sottomaior Braga Baptista - «Alteração ao DL 75/2008 - Limitação a 3 mandatos da possibilidade de reeleição consecutiva de Diretores/as de Escolas e Agrupamentos de Escolas».**

- N.º de assinaturas: 420
- Deputado relator: Deputada Germana Rocha (PSD)

**8. Discussão e votação do [Projeto de voto n.º 115/XV/1.ª \(CH\)](#) – De congratulação à família Mesquita Guimarães**

**9. Discussão de Projeto de Resolução**

- [Projeto de Resolução n.º 74/XV/1.ª \(PAN\)](#) - Recomenda ao Governo que defina as fórmulas de financiamento das despesas das competências no domínio da educação transferidas para os municípios no âmbito do processo de descentralização e que avalie a necessidade de aprovação de um novo regime jurídico do transporte escolar (em articulação com a 13.ª Comissão).

**10. Ratificação da criação do Grupo de Trabalho - Ensino Superior Politécnico**

**11. Parlamento dos Jovens**

- Aprovação do calendário das ações a desenvolver na edição 2022/2023;
- Aprovação do(s) cartaz(es);
- Apreciação das propostas de alteração ao Regimento do Parlamento dos Jovens.

**15:00**

**12. Audição do Presidente do Conselho Nacional de Educação sobre:**

- Relatório do [Estado da Educação 2020](#)
- [Estudo sobre os efeitos da pandemia COVID-19 na educação: Desigualdades e medidas de equidade](#), solicitado pela Assembleia da República através da [Deliberação n.º 1-PL/2021](#).

**17:00**

**13. Audição da Federação Nacional da Educação (FNE), Federação Nacional Dos Professores (FENPROF), Associação Sindical de Professores Licenciados (ASPL) e do Conselho das Escolas (CE).**

- Por requerimentos do PCP, DURP do PAN e BE, sobre a “alteração ao regime de mobilidade por doença”

**14. Outros assuntos**

**15. Data das próximas reuniões**

**Dia 26.07.2022 – 15h00?**

### **1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia**

O Deputado Tiago Estêvão Martins (PS) solicitou o adiamento do ponto 2.

A proposta de ordem do dia, com a alteração apresentada, foi aprovada por unanimidade pelos Deputados do PS, PSD, CH e BE, registando-se a ausência dos Deputados do IL e PCP.

### **2. Aprovação de atas**

Ponto adiado por solicitação do PS.

### **3. Comunicações do Presidente**

Sem comunicações.

### **4. Discussão e votação do relatório final da [Petição n.º 8/XV/1.ª](#), do FENPROF – Federação Nacional dos Professores – Os docentes reclamam justiça, efetivação de nossos direitos e respeito pelo horário de trabalho.**

A Deputada relatora Carla Madureira (PSD) apresentou o relatório final.

Colocado a votação, o relatório foi aprovado por unanimidade pelos Deputados do PS, PSD, CH e IL, registando-se a ausência dos Deputados do PCP e BE.

### **5. Apresentação e discussão do relatório final da [Petição n.º 16/XV/1.ª](#), do SPLIU - Sindicato Nacional dos Professores Licenciados pelos Politécnicos e Universidade – «Pela alteração do modelo de avaliação do desempenho docente definido no Decreto Regulamentar nº 26/2012, de 21 de fevereiro, e extinção das quotas para a atribuição das menções qualitativas de Muito Bom e Excelente», seguida de debate sobre a petição, nos termos do artigo 24.º-A do [Regime Jurídico do Exercício do Direito de Petição](#), e votação do relatório final.**

A Deputada relatora Rosa Venâncio (PS) apresentou o relatório final.  
Não houve lugar a debate após a apresentação do relatório final.  
Colocado a votação, o relatório foi aprovado por unanimidade pelos Deputados do PS, PSD, CH, IL e BE, registando-se a ausência dos Deputados do PCP.

**6. Apresentação e discussão do relatório final da [Petição n.º 17/XV/1.ª](#), da FENPROF - «Pela urgente avaliação e revisão do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES)», seguida de debate sobre a petição, nos termos do artigo 24.º-A do [Regime Jurídico do Exercício do Direito de Petição](#), e votação do relatório final.**

O Deputado relator Bruno Aragão (PS) apresentou o relatório final.  
Não houve lugar a debate após a apresentação do relatório final.  
Colocado a votação, o relatório foi aprovado por unanimidade pelos Deputados do PS, PSD, CH, IL e BE, registando-se a ausência dos Deputados do PCP.

**7. Discussão e votação do relatório final da [Petição n.º 18/XV/1.ª](#), de Luís Miguel Sottomaior Braga Baptista - «Alteração ao DL 75/2008 - Limitação a 3 mandatos da possibilidade de reeleição consecutiva de Diretores/as de Escolas e Agrupamentos de Escolas».**

A Deputada relatora Germana Rocha (PSD) apresentou o relatório final.  
Colocado a votação, o relatório foi aprovado por unanimidade pelos Deputados do PS, PSD, CH, IL e BE, registando-se a ausência dos Deputados do PCP.

**8. Discussão e votação do [Projeto de voto n.º 115/XV/1.ª \(CH\)](#) – De congratulação à família Mesquita Guimarães**

O Deputado Gabriel Mithá Ribeiro (CH) apresentou o projeto de voto justificando-o.

Intervieram os Deputados Joana Mortágua (BE), Tiago Estêvão Martins (PS) e Cláudia André (PSD), informando que votariam contra o projeto de voto em apreço, fundamentando as razões para o efeito.

Colocado a votação, o projeto de voto foi rejeitado com os votos contra dos Deputados do PS e do BE, votos a favor dos Deputados do CH, a abstenção dos Deputados do PSD e IL, registando-se a ausência dos Deputados do PCP.

### **9. Discussão de Projeto de Resolução**

A Deputada Inês de Sousa Real (PAN) apresentou o Projeto de Resolução, tendo participado na discussão os Deputados Pompeu Martins (PS) e Rui Cruz (PSD).

A informação da discussão está disponível na [iniciativa](#).

### **10. Ratificação da criação do Grupo de Trabalho - Ensino Superior Politécnico**

O Grupo de Trabalho foi ratificado por unanimidade pelos Deputados do PS, PSD, CH e BE, registando-se a ausência dos Deputados da IL e PCP.

O Deputado Tiago Estêvão Martins (PS) sugeriu que o Grupo de Trabalho reunisse no dia 20 de julho às 9h, não havendo disponibilidade dos restantes Grupos Parlamentares.

### **11. Parlamento dos Jovens**

Colocadas à votação, todas as propostas foram aprovadas por unanimidade pelos Deputados do PS, PSD, CH e BE, registando-se a ausência dos Deputados da IL e PCP.

**15:00**

### **12. Audição do Presidente do Conselho Nacional de Educação sobre:**

- Relatório do [Estado da Educação 2020](#);

- [Estudo sobre os efeitos da pandemia COVID-19 na educação: Desigualdades e medidas de equidade](#), solicitado pela Assembleia da República através da [Deliberação n.º 1-PL/2021](#).

O Presidente da Comissão deu as boas-vindas ao Presidente e ao Secretário-Geral do Conselho Nacional de Educação (CNE) e lembrou as grelhas de tempos das audições.

Na primeira audição, o Presidente do Conselho Nacional de Educação referiu o seguinte, em síntese:

1. Dissertou sobre as reflexões mais relevantes para a evolução do sistema educativo em Portugal que emanam do estudo;
2. A pandemia desafiou o sistema educativo de forma a encontrar novas formas de se organizar;
3. Dissertou sobre o Estado da Educação 2020;
4. Refletiu sobre o estado da escola;
5. Referiu que as crianças foram as mais prejudicadas com a pandemia, pois foram privadas de aceder a todas as ferramentas de aprendizagem e sociabilização;
6. Existe um elevado abandono escolar precoce;
7. É necessário um reforço na formação superior.

Intervieram depois os Senhores Deputados Rosa Venâncio (PS), Inês Barroso (PSD), Gabriel Mithá Ribeiro (CH), Carla Castro (IL), Diana Ferreira (PCP) e Joana Mortágua (BE) que se pronunciaram sobre a matéria e colocaram perguntas.

Na sequência das questões e observações expressas pelos Senhores Deputados, o Presidente do Conselho Nacional de Educação indicou o seguinte:

1. O relatório “O Estado da Educação 2020” não é uma investigação, mas gera uma investigação;
2. Nos próximos 7 anos o sistema educativo perderá cerca de 20 mil docentes;
3. Há uma comissão especializada que vai investigar a questão dos docentes;
4. Há questões pré-existentes na sociedade que passam para o ambiente escolar;

5. Até recentemente, acreditava-se, nos Estados Unidos da América e Europa Central, que a escola não era socialmente relevante para os alunos;
6. As escolas e os docentes que já trabalhavam de forma inovadora foram os que menos demonstraram dificuldades com o ensino durante a pandemia;
7. O CNE vai investir a maior verba possível em investigação.

Na segunda audição, o Presidente do Conselho Nacional de Educação referiu o seguinte, em síntese:

1. A pandemia afetou as crianças de tenra idade, nomeadamente na introdução à leitura e aprendizagem da matemática;
2. Existia um problema de avaliação das crianças, nomeadamente devido às distâncias;
3. É necessário trabalhar de forma distinta do passado para alterar os efeitos nefastos causados pela pandemia causada pela doença covid-19;
4. Os técnicos do CNE apreciaram e avaliaram diversos relatórios;
5. É necessário ter uma visão mais abrangente do curriculum da educação física e ensino artístico na formação dos alunos, pois consistem fatores de extrema importância na evolução destes;
6. É necessário trabalhar em quatro vetores essenciais: inovação, escola, curriculum e professores;
7. Necessidade de democratização e combate às desigualdades no ensino.

Intervieram depois os Senhores Deputados Maria João Castro (PS), Cláudia André (PSD), Gabriel Mithá Ribeiro (CH), Carla Castro (IL), Diana Ferreira (PCP), Alexandre Quintanilha (PS) que se pronunciaram sobre a matéria e colocaram perguntas.

Na sequência das questões e observações expressas pelos Senhores Deputados, o Presidente do Conselho Nacional de Educação indicou o seguinte:

1. As novas tecnologias devem ser usadas de forma útil, nomeadamente, reduzindo o excessivo uso de *Powerpoint* em que só é projetado o livro e não a informação de forma centralizada e focada;



2. O CNE vai proceder a estudos específicos onde a questão tecnológica vai ser analisada;
3. A questão da avaliação será abordada quando o Governo solicitar;
4. O Plano de Recuperação é um conceito que não pode ser ignorado, mas o CNE está disponível para trabalhar com a Assembleia da República;
5. As crianças são resilientes e a recuperação para situações de normalidade são fantásticas. No entanto, o problema é que as crianças não tiveram acesso ao ensino da leitura e matemática e no 3.º ciclo não sabem ler nem escrever;
6. Reforçar o foco na recuperação das aprendizagens.

A gravação da audição está disponível na [página da Comissão](#), pelo que se dispensa maior desenvolvimento nesta ata.

**17:00**

**13. Audição da Federação Nacional da Educação (FNE), Federação Nacional Dos Professores (FENPROF), Associação Sindical de Professores Licenciados (ASPL) e do Conselho das Escolas (CE).**

O Presidente da Comissão deu as boas-vindas aos representantes da Federação Nacional da Educação (FNE), Federação Nacional Dos Professores (FENPROF), Associação Sindical de Professores Licenciados (ASPL) e do Conselho das Escolas (CE) e lembrou as grelhas de tempos das audições.

Intervieram as Deputadas Diana Ferreira (PCP) e Joana Mortágua (BE) como requerentes.

Os representantes do CNE, ASPL, FNE e FENPROF, referiram o seguinte, em síntese:

1. A mobilidade por doença, regulamentada inicialmente pelo Despacho n.º 9004-A/2016, de 13 de julho, veio substituir o destacamento por condições específicas, regulado pelo Despacho n.º 6042/2015, de 8 de maio;
2. O Decreto-Lei n.º 41/2022, de 17 de junho, que representa o novo regime de mobilidade por doença, difere significativamente dos anteriores, por restringir em inúmeros aspetos a referida mobilidade, quer estabelecendo uma distinção entre

- os docentes do quadro de agrupamento de escolas (AE) ou escolas não agrupadas (ANE) e os docentes do quadro de Zona Pedagógica (QZP), quer nas condições de acesso à mobilidade, como, também, aplicando a mobilidade por doença limites de distância territorial e estabelecendo critérios e limites ao acolhimento por parte do estabelecimento de ensino de destino;
3. A colocação do docente em mobilidade por doença não podia originar insuficiência ou ausência de componente letiva para os docentes do AE ou ENA de colocação, originando, no entanto, uma vaga no AE/ENA onde o docente se encontrava colocado e que teria de ser preenchida através de concurso o que, em algumas escolas, podia não ser possível;
  4. Chegaram a ser colocados cerca de 200 docentes em mobilidade por doença num só AE, a maioria dos quais sem que este tivesse qualquer hora letiva para lhes atribuir; Este fato acontece nos QZPs 1, 2 e 3, onde se concentram mais de 80% dos professores em mobilidade por doença, cujo número, no último ano letivo, atingiu cerca de 8818;
  5. A distribuição geográfica dos professores é irregular;
  6. A anterior legislação referente à mobilidade por doença previa que um docente pudesse não ter componente letiva no seu horário de trabalho, devido ao seu problema de saúde. A atual legislação é omissa em relação a essa situação, referindo apenas que «o diretor [...], ouvido o conselho pedagógico, define [...] o número de docentes a acolher por grupo de recrutamento em que seja possível atribuir, pelo menos seis horas de componente letiva [...]»;
  7. Acreditam que há um espaço e um tempo na escola onde os docentes podem ser úteis e contribuir com o seu trabalho, mesmo sem ter componente letiva;
  8. Discordam da possibilidade de anualmente ser «graduados “dos mais doentes” para “os menos doentes”, pelo grau de incapacidade do Atestado Médico Multiuso, e dos “mais velhos” para “os mais novos”, em função da idade»;
  9. Entendem que as disposições legais em apreço afiguram-se de duvidosa constitucionalidade e a violação do princípio da igualdade perante a lei ocorre estabelecendo para os docentes dos quadros dos AE e ENA, geralmente mais graduados em termos de concurso, condições de mobilidade por doença mais

adversas do que para os seus colegas de QZP, sem que para tal exista justificação.

Intervieram depois os Senhores Deputados Bruno Aragão (PS), Cláudia André (PSD), Gabriel Mithá Ribeiro (CH), Diana Ferreira (PCP), Inês Sousa Real (PAN) e Joana Mortágua (BE) que se pronunciaram sobre a matéria e colocaram perguntas.

Na sequência das questões e observações expressas pelos Senhores Deputados, os representantes do CNE, ASPL, FNE e FENPROF reforçaram as preocupações referidas nas intervenções iniciais.

A gravação da audição está disponível na [página da Comissão](#), pelo que se dispensa maior desenvolvimento nesta ata.

#### **14. Outros assuntos**

O Presidente informou que o Parlamento romeno tinha reforçado o interesse em reunir com a Comissão, informando o intervalo de datas propostas. Propôs que a Comissão reunisse com a delegação do Parlamento romeno no dia 20 de setembro, pese embora o Presidente não pudesse estar presente, pois estaria em representação desta fora das instalações da Assembleia da República.

Esta proposta foi aprovada por unanimidade pelos Deputados do PS, PSD, CH e IL, registando-se a ausência do PCP e BE.

#### **15. Data das próximas reuniões**

Não existindo trabalhos pendentes que justificassem o agendamento de reunião da Comissão para o dia 26 de julho de 2022, o Presidente da Comissão propôs o agendamento da próxima reunião para o dia **6 de setembro de 2022 às 15h**. Colocada a votação, esta proposta foi aprovada por unanimidade pelos Deputados do PS, PSD, CH e IL, registando-se a ausência do PCP e BE.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 20:02 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 19 de julho de 2022.

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO,**



**(Alexandre Quintanilha)**

### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Agostinho Santa (PS)  
Alexandre Quintanilha (PS)  
Ana Isabel Santos (PS)  
Bruno Aragão (PS)  
Carla Sousa (PS)  
Eduardo Alves (PS)  
Fernando José (PS)  
Lúcia Araújo Da Silva (PS)  
Palmira Maciel (PS)  
Rosa Venâncio (PS)  
Tiago Estevão Martins (PS)  
Carla Madureira (PSD)  
Cláudia André (PSD)  
Germana Rocha (PSD)  
Hugo Martins De Carvalho (PSD)  
Inês Barroso (PSD)  
Joana Barata Lopes (PSD)  
Maria Emilia Apolinário (PSD)  
Rui Cruz (PSD)  
Gabriel Mithá Ribeiro (CH)  
Carla Castro (IL)  
Diana Ferreira (PCP)  
Joana Mortágua (BE)  
Cláudia Avelar Santos (PS)  
José Carlos Alexandrino (PS)  
Maria João Castro (PS)  
Pompeu Martins (PS)  
António Topa Gomes (PSD)



Comissão de Educação e Ciência

---

Firmino Marques (PSD)  
Firmino Pereira (PSD)  
Maria Gabriela Fonseca (PSD)  
Inês De Sousa Real (PAN)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

---

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Porfírio Silva (PS)  
Hugo Carneiro (PSD)